

**PROCESSO** - A. I. Nº129444.0003/03-9  
**RECORRENTE** - POSTO DE COMBUSTÍVEIS PRAIA DE GUAIBIM LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO DE IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE DEFESA  
**ORIGEM** - INFAZ VALENÇA  
**INTERNET** - 21/09/2004

**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO CJP Nº 0226-12/04**

**EMENTA:** ICMS. INADMISSIBILIDADE DE RECURSO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. É inadmissível o Recurso interposto sem previsão na legislação tributária estadual. Recurso **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração foi lavrado em 03.12.2003 para cobrança do ICMS e a multa por descumprimento de obrigação acessória no valor total de R\$ 906,46, tendo sido o sujeito passivo cientificado do lançamento em 10.12.03 (fl.02).

O autuado apresentou sua defesa em 13.01.04 (fls.24 a 26), já esgotado o prazo em 09.01.2004.

À fl.34 consta informação da autuante sugerindo que a defesa apresentada seja arquivada por intempestividade.

Em data de 14.01.04 a Repartição Fiscal comunica ao Contribuinte que o mesmo tem o direito de impugnar o arquivamento da defesa no prazo de 10 dias, perante o Órgão Julgador.

O autuado apresenta sua impugnação à fl.37.

Em 30.07.2004 o PAF é recebido pelo CONSEF e em 02.08.2004 encaminhado a PGEP/ROFIS para análise e Parecer.

Manifesta-se a PGE/PROFIS, à fl.41, pelo conhecimento e Não Provitimento da Impugnação ao Arquivamento de Defesa, alegando que embora a legislação estadual não mais preveja essa hipótese, intimação de fl. 35 conduz a essa possibilidade.

**VOTO**

Resta evidenciado nos autos que a INFAZ/VALENÇA possibilitou ao autuado, numa interpretação equivocada do RPAF/BA, a concessão de prazo de 10 dias para impugnação do arquivamento da defesa, tendo sido este PAF encaminhado a este CONSEF. Não há previsão legal para esse tipo de recurso. Assim, com respaldo no art. 173, IV do RPAF/Ba, Voto pelo **NÃO CONHECIMENTO** do Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa.

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO CONHECER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa apresentada para o Auto de Infração nº 129444.0003/03-9, lavrado contra **POSTO DE COMBUSTÍVEIS PRAIA DE GUAIBIM LTDA**, devendo ser remetidos os autos à SAT-DARC/GECOB para os fins de sua competência.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de agosto de 2004.

TOLSTOI SEARA NOLASCO - PRESIDENTE

MARIA DO CARMO SANTANA MARCELINO MENEZES - RELATORA

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PGE/PROFIS